

## EDITORIAL

A **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP** (eISSN 2179-5177), Qualis-Periódicos A2, é uma publicação vinculada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Ao longo dos últimos anos, desenvolve-se um trabalho editorial coletivo em torno das publicações deste periódico, enquanto espaço para construção de um conhecimento jurídico crítico, original e inovador.

De forma semestral, as publicações estão vinculadas à linha editorial **Sistemas Normativos e Fundamentos da Cidadania**, destrinchada entre os eixos **1) Cidadania Civil e Política e Sistemas Normativos; 2) Cidadania Social e Econômica e Sistemas Normativos; e 3) Tutela e Efetividade dos Direitos da Cidadania**. Para esta edição, há a publicação de dez artigos que apresentam conteúdos relevantes para o campo científico do Direito, nacional e estrangeiro.

Primeiramente, há destaque para o manuscrito **“Perspectiva de gênero no Poder Judiciário da Província de Buenos Aires. A “Ley Micaela” como ferramenta de formação obrigatória de juízas e juizes”**, produzido pelo Prof. Pablo Perel, vinculado à direção da *Escuela Judicial de Buenos Aires*. Representa uma articulação entre a instituição e o Programa de Pós-graduação em Direito da UNESP, forma de ampliação das interlocuções científicas jurídicas na América Latina.

Entre as produções brasileiras, ressalta-se o artigo **“Quem cita quem: o dialogismo no Supremo Tribunal Federal”**, produzido pelo Prof. Dr. Raoni Macedo Bielschowsky, membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG (PPGD/UFMG), e Anna Julia Camargos Pennisi. O texto estabelece uma discussão em torno do uso do modal citatório em votos do Supremo Tribunal Federal por meio de uma aplicação metodológica pautada na análise Bahktiniana do discurso.

Em um trabalho direcionado para aumento do diálogo com as diversas regiões e universidades do Brasil, ressalta-se o artigo **“A regra do esgotamento dos recursos internos na jurisprudência do sistema convencional de direitos humanos da ONU e os casos brasileiros”**, produzido pelas pesquisadoras vinculadas com a Universidade Federal do Pará (UFPA), Thaís Magno Gomes de Oliveira e Prof. Dra. Cristina Figueiredo Terezo Ribeiro, que também atua como Coordenadora de Contenciosos Internacionais de Direitos Humanos da Assessoria Internacional no Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).

A edição reafirma o papel da Revista de Estudos Jurídicos da UNESP como um espaço dedicado à disseminação de pesquisas de grande importância, voltadas ao aprofundamento e à ampliação de discussões e conceitos centrais no campo das ciências jurídicas. Ao explorar o conjunto de artigos apresentados, o público encontrará conteúdos significativos e de grande interesse para a área:

- **Igualdade é um conceito indeterminado?: Do conteúdo essencial dos direitos fundamentais aos bens constitucionais por Luigi Ferrajoli, por Jair José Mariano Filho, Rubens Beçak e Matheus Conde Pires;**
- **Efetividade dos direitos fundamentais e a interconexão dos direitos de moradia e de propriedade, por Letícia Faria, Maria Laura Bolonha Moscardini e Soraya Gasparetto Lunardi;**
- **Os (des)caminhos das consultas públicas no Senado Federal (1988-2023), por Wagner Vinícius de Oliveira;**
- **O paradigma da implantação da IA na segurança pública brasileira, por Gleiner Pedroso Ferreira Ambrosio e André Luis Jardini Barbosa;**
- **Perversão do direito na regulamentação do uso de agrotóxicos, por Joaquim Basso;**
- **Entre a fome e o silêncio: Uma análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça atinente ao direito humano à alimentação adequada, por João Marcel Evaristo Guerra;**
- **Conflitos fundiários e a desapropriação: uma análise do Caso Bubas e a função social da propriedade, por Thiago Pelegrinelli Engelage e Eder Demarco Ribeiro.**

Dentre os trabalhos publicados, destaca-se a expressiva participação de pesquisadores de diversas regiões do Brasil, resultado do diálogo constante entre o corpo editorial e a comunidade acadêmica. Essa interação consolida a REJ UNESP como um ambiente acadêmico inclusivo, voltado para o enriquecimento e a ampliação das perspectivas na ciência jurídica.

Manifestamos nossa gratidão aos editores e ao conselho editorial pelo empenho, dedicação e compromisso com a excelência. Desde a avaliação até a publicação, cada etapa do processo editorial foi conduzida com rigor acadêmico e coordenação exemplar. Agradecemos também os autores pela confiança, disposição para o diálogo, atenção às adequações e o esforço em compartilhar conosco suas pesquisas e reflexões.

Para a difusão da ciência aberta e da transparência, cumprimos nominalmente pesquisadores que contribuíram com a emissão de pareceres: Adriano da Silva Ribeiro, Aline Michele Pedron Leves, Ana Carolina Mendonça Rodrigues, Carmen Lucia Sarmiento Pimenta, Cláudio Ribeiro Lopes, Cleide Calgaro, Cynthia Lessa da Costa, Deilton Ribeiro Brasil, Dulcely Silva Franco, Fábio da Silva Santos, Francieli Puntel Raminelli, Grégore Moreira de Moura, Jairo Neia Lima, Klever Paulo Leal Filpo, Mariana Colucci Goulart Martins Ferreira, Paulo Brasil Dill Soares, Priscila de Freitas, Rafael Zelesco Barretto, Raimunda Regina Ferreira Barros, Silvana Terezinha Winckler, Vanessa dos Santos Moura, Vinicius Oliveira Seabra Guimarães, Vitor César Silva Xavier.

Particularmente, esta edição marca o encerramento do Quadriênio 2021-2024, período em que a REJ construiu diversas ações e avançou na integração teórico-científica com a comunidade acadêmica. Momento oportuno para relembrar a continuidade de atividades anteriores a partir do estabelecimento de novos procedimentos editoriais, uma estrutura regimental e a institucionalização da Revista pela Instrução Normativa 01/2023. De modo simultâneo, expôs-se uma nova identidade visual, adequada aos novos objetivos editoriais. Em face dos desafios contemporâneos, identidade também associada ao aumento da inserção da Revista nos espaços digitais.

Para o próximo período, identificamos uma série de desafios para concretização dos propósitos institucionais da REJ, a reafirmar o compromisso ético e de rigor científico com um espaço aberto e democrático, forma de impactar a produção científica jurídica e de ciências afins. Para o Quadriênio 2025-2028, que se abre, investiremos ainda mais nos materiais editorados, centrados nas novas diretrizes estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) baseadas na sistemática de classificação de artigos.

Agradecemos a todos que contribuíram com o avanço das atividades da Revista de Estudos Jurídicos e convidamos toda a comunidade acadêmica para a continuidade dessa parceria frutífera e que se desenvolve no correr dos anos.

**Profa. Ma. Eduarda Camargo Sansão**  
Editora-Chefe

**Profa. Ma. Maiara Motta**  
Editora-adjunta

**Prof. Dr. José Duarte Neto**  
Diretor Científico e Editorial